

Grendene[®]

Companhia Aberta

CNPJ: 89.850.341/0001-60

NIRE: 23300021118-CE

Site: <http://ri.grendene.com.br>

Email: dri@grendene.com.br

Índice

1.	Convite.....	02
2.	Edital de Convocação.....	03
3.	Esclarecimentos e orientações.....	04
4.	Participação na Assembleia Geral Ordinária.....	05
4.1.	Orientações para participação presencial.....	05
4.2	Orientações para participação mediante o envio de boletim de voto a distância.....	05
4.2.1.	Envio do boletim de voto pelo acionista diretamente à Companhia.....	06
4.3.	Orientações para participação por meio de procurador.....	06
4.4.	Pré-Credenciamento.....	07
5.	Proposta da Administração.....	08
5.1.	Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária.....	08
6.	Documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária.....	10
7.	Anexos	
	Anexo I – art. 9º, Inciso III - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.....	11
	Anexo II - art. 9º, § 1º, item II – Anexo 9-1-II – Destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018.....	30
	Anexo III – art. 12, inciso I e II - Proposta de remuneração global dos administradores - item 13 do Formulário de Referência.....	37

1. Convite

Prezados Acionistas,

A Grendene S.A. (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 9:00 horas do dia 15 de abril de 2019, em sua Sede Social, localizada na Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, em Sobral, Ceará, Brasil.

A Administração da Companhia apresenta a proposta e orientações para participação com o objetivo de prestar esclarecimentos a V.Sas. sobre as deliberações a serem tomadas, listadas no Edital de Convocação publicado nos jornais Diário Oficial do Estado do Ceará e O Povo, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.grendene.com.br>).

Sobral, 15 de março de 2019.

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração

2. Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 15 de abril de 2019, às 9:00 horas, em sua sede social na Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, na cidade de Sobral, Estado do Ceará, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e a ratificação das antecipações e da distribuição de juros sobre capital próprio e do saldo de dividendos, de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia;
3. Fixar a remuneração global dos administradores de acordo com o art. 14, do Estatuto Social da Companhia.

Informações Gerais:

A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/09. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária da Grendene.

Presencialmente, para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando até às 17:00 horas do dia 12 de abril de 2019, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, por original ou cópia enviada por fac-símile, através do número 0XX-54-2109-9991 e/ou cópia digitalizada pelo e-mail dri@grendene.com.br. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Os originais dos documentos antes mencionados, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento de abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral (art. 10 do Estatuto Social).

Em cumprimento a Instrução CVM nº 481/09, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, o acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09, e os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Grendene (<http://ri.grendene.com.br>).

Sobral (CE), 15 de março de 2019.

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração

3. Esclarecimentos e Orientações

Este documento contém informações acerca das matérias a serem deliberadas por proposta da Administração, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária da Grendene S.A. (“Grendene”) a ser realizada no dia 15 de abril de 2019.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

Assim, em cumprimento às determinações da Lei das S.A., a Grendene realizará a Assembleia Geral Ordinária em:

Data: 15 de abril de 2019 – Segunda-Feira

Local: Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, 62040-125, Sobral, CE, Brasil

Horário: 9:00 horas

As informações sobre cada uma das matérias da Assembleia Geral Ordinária estão detalhadas no item 5.1 deste documento.

4. Participação na Assembleia Geral Ordinária

A participação dos acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio do boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481.

Para fins de participação do acionista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia:

Para pessoas físicas:

- I. Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração;
- II. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Itaú Corretora de Valores S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para pessoas jurídicas:

- I. Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- II. Documento de identidade com foto do representante legal;
- III. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Itaú Corretora de Valores S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para fundos de investimento:

- I. Último regulamento consolidado do fundo;
- II. Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- III. Documento de identidade com foto do representante legal;
- IV. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Itaú Corretora de Valores S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Nota: A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa ou inglesa e que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

4.1. Orientações para participação presencial

Aos acionistas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, pedimos a gentileza de comparecerem na Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, Sobral, CE, Brasil, no dia 15 de abril de 2019, a partir das 9:00 horas, portando os documentos acima.

4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 21-A da Instrução CVM 481.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- III. Por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, no endereço: Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, CEP 62040-125, Sobral, CE, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia Geral, portando os documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, CEP: 62040-125, Sobral, CE, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@grendene.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias dos demais documentos requeridos, para a Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, CEP 62040-125, Sobral, CE, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Os documentos referidos em (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária, ou seja, até 08 de abril de 2019 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

4.3. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

Os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), poderão ser representados na Assembleia por meio de seu representante legal ou através de mandatários devidamente constituídos, de

acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não havendo necessidade que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

4.4. Pré-credenciamento para participação presencial

Os documentos referidos no item 4 podem ser entregues na sede da Grendene até a hora de início da Assembleia Geral.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a apresentação desses documentos seja feita com a maior antecedência possível ou até às 17:00 horas do dia 12 de abril de 2019, por original ou cópia enviada por fac-símile, através do número 0XX-54-2109-9991 e/ou cópia digitalizada para o e-mail dri@grendene.com.br ou enviados fisicamente para o endereço da sede social na Avenida Pimentel Gomes, 214, Expectativa, CEP: 62040-125, Sobral, CE, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

5. Proposta da Administração

A Administração da Grendene submete à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2019 as propostas a seguir descritas.

5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Grendene

A presente Assembleia Geral Ordinária foi convocada para deliberar sobre:

- (i) Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e a ratificação das antecipações e da distribuição de juros sobre capital próprio e do saldo de dividendos, de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia;
- (iii) Fixar a remuneração global dos administradores de acordo com o art. 14, do Estatuto Social da Companhia.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Grendene acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2019:

Primeiro item: ***Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018***

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela Administração da Grendene, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31/12/2018, e publicados no dia 27/02/2019 nos jornais “Diário Oficial do Estado do Ceará” e “O Povo”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 14/02/2019.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Grendene.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grendene e das suas controladas em 31/12/2018.

Parecer dos Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes examinou as Demonstrações Financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grendene e das suas controladas em 31/12/2018.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (<http://ri.grendene.com.br>) e nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018;
- III. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Grendene requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução nº 480, de 7/12/2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), que também constam do **Anexo I** ao presente documento;
- IV. Parecer do Conselho Fiscal;
- V. Parecer dos Auditores Independentes;
- VI. Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).

Segundo item: ***Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e a ratificação das antecipações e da distribuição de juros sobre capital próprio e do saldo de dividendos, de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia - Anexo II ao presente documento.***

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 14/02/2019, de acordo com o estatuto social e a política de dividendos, propôs destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018, apurado em conformidade com o art. 32 do Estatuto Social, no montante de R\$585.529.816,72 (quinhentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte nove mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos), da seguinte forma:

- (a) R\$237.154.837,02 (duzentos e trinta e sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e dois centavos) para a constituição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A, da Lei n. 6.404/76;
- (b) R\$17.418.748,98 (dezessete milhões quatrocentos e dezoito mil setecentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos) para a constituição da reserva legal, nos termos do art. 193, da Lei n. 6.404/76;
- (c) R\$15.880.000,00 (quinze milhões e oitocentos e oitenta mil reais) para a constituição da reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, conforme art. 32, §2º do Estatuto Social;
- (d) R\$82.739.057,68 (oitenta e dois milhões setecentos e trinta e nove mil e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos) distribuídos como dividendo obrigatório, nos termos do art. 32, do Estatuto Social da Companhia;
- (e) Distribuir aos acionistas o saldo remanescente de dividendos do resultado do exercício de 2018, no valor de 232.337.173,04 (duzentos e trinta e dois milhões trezentos e trinta e sete mil cento e setenta e três reais e quatro centavos) distribuído aos acionistas com dividendos, na forma do art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.

Terceiro item: ***Fixar a remuneração global dos administradores de acordo com o art. 14, do Estatuto Social da Companhia - Anexo III*** ao presente documento.

Para o período de janeiro a dezembro de 2019, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a fixação do montante global anual em até R\$9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais) para remuneração dos administradores, sendo até R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para o Conselho de Administração e até R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a Diretoria. O Conselho de Administração deverá distribuir tal verba entre os membros dos referidos órgãos, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 13 do Formulário de Referência, consta do **Anexo III** deste documento.

6. Documentos Pertinentes às Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral da Grendene

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.grendene.com.br>), bem como nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos:

- Boletim de voto a distância para a Assembleia Geral Ordinária requerido no Anexo 21-F da Instrução CVM 481/09.
- Edital de Convocação.
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018 (Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal).
- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).
- Ata da reunião do Conselho de Administração de 14/02/2019 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31/12/2018.
- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Grendene – item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480/09 - **Anexo I**.
- Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 - **Anexo II**.
- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480/09 – **Anexo III**.

Frisamos que para solucionar qualquer dúvida deve ser contatada a Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones (54) 2109-9000 ou (54) 2109-9022 ou por e-mail: dri@grendene.com.br.

Anexo I

10 Comentários dos Administradores

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na opinião da administração a empresa está em sólida situação econômica e financeira. Os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras trazem tranquilidade que a Companhia tem plenas condições de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado capacidade de obter lucros mesmo em cenários adversos remunerando o capital investido de forma que consideramos adequada e distribuindo dividendos que excedem os dividendos mínimos obrigatórios há 15 anos, desde que foi listada no Novo Mercado em 2004.

Os dados que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 estão demonstrados nos quadros a seguir e complementadas pelos itens 10.1.b, 10.1.c, 10.1.d, 10.1.e, 10.1.f, 10.1.g, 10.1.h e 10.2 desta proposta.

Ano (Em milhares de reais)	Patr. líquido ¹ inicial	Lucro líquido controladora	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patr. líquido	Patr. líquido ¹ final
2016	2.520.866	634.492	351.383	283.109	25,2%	2.792.976
2017	2.792.976	660.929	377.773	283.156	23,7%	3.087.479
2018	3.087.479	585.530	315.076	270.454	19,0%	3.341.108

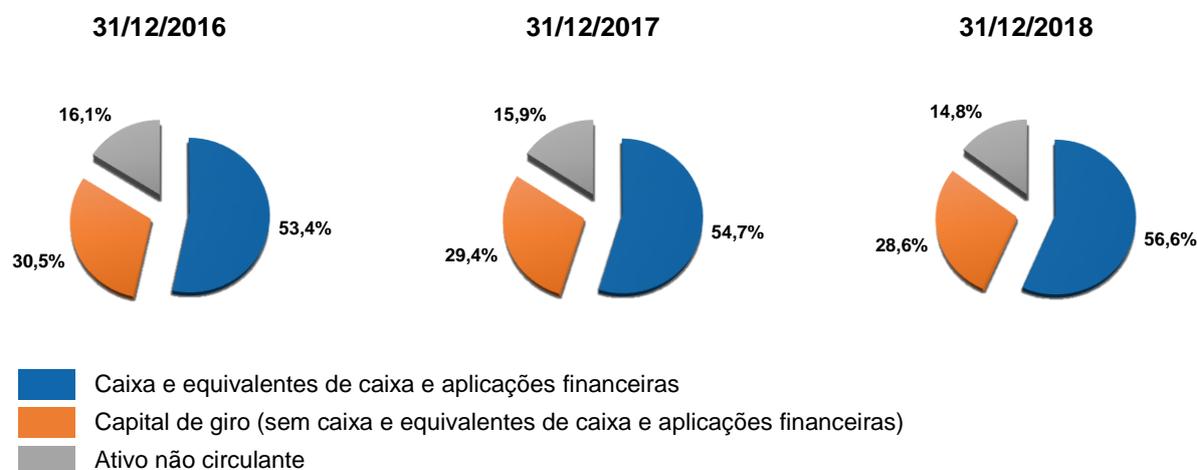
1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2016	2017	2018
Liquidez geral	8,4	8,6	8,5
Liquidez corrente	9,1	8,8	8,0
Liquidez seca	8,1	8,0	7,2

Rentabilidade	2016	2017	2018
Margem líquida	31,0%	29,3%	25,1%
Margem bruta	48,7%	48,9%	47,4%
Margem Ebit	19,5%	20,7%	19,6%

Em milhares de reais	2016	2017	2018
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	125.372	123.627	152.927
Caixa e equiv. de caixa e aplic. financeiras (CP e LP)	1.589.378	1.780.645	1.976.958

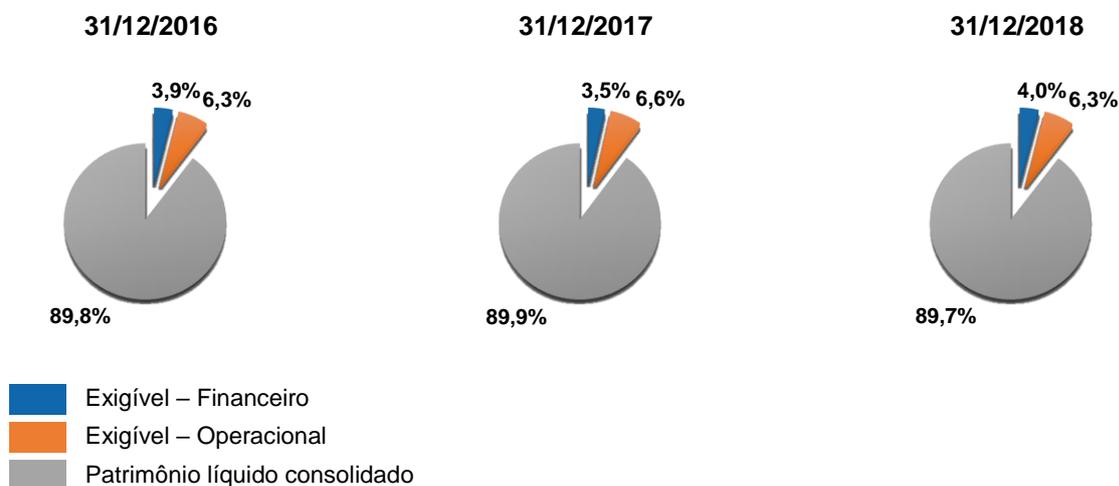
Ativos



b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Exigível: Passivo circulante + passivo não circulante



Todas as ações emitidas pela Grendene são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e não possuem previsão de resgate.

i. Hipóteses de resgate

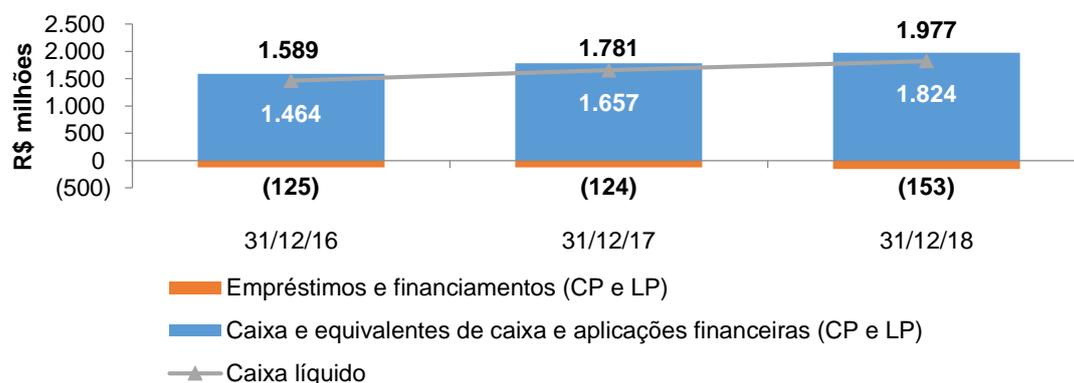
Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



Em milhares de reais	2016	2017	2018
Ativo Circulante	2.492.979	2.846.838	2.930.313
Ativo Não circulante	760.841	729.170	930.443
Passivo Circulante	275.383	322.074	366.909
Passivo Não Circulante	56.367	36.325	28.805
Patrimônio Líquido Consolidado	2.922.070	3.217.609	3.465.042

Como pode ser evidenciado pelo balanço patrimonial da Companhia e demonstrado no quadro acima, o caixa da Companhia (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) é superior a todo exigível de curto e de longo prazo o que torna improvável que qualquer situação econômico-financeira externa afete sua capacidade de pagar seus compromissos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Grendene detém significativa posição de caixa líquido (saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras menos empréstimos de curto e longo prazo), apresenta forte e regular geração de caixa operacional e tem capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, a empresa poderá recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerarem valor aos seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Grendene não tem deficiências de liquidez, não teve deficiências no passado e não tem previsão que esta situação possa ocorrer. O seu capital de giro e investimentos são financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

Consolidado	Indexadores	Taxas de juros (a.a)	2016	2017	2018
Moeda Nacional					
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	53.039	42.224	31.408
Proapi - Provin	TJLP	-	14.249	2.571	5.933
			67.288	44.795	37.341
Moeda Estrangeira					
Capital de giro	Pesos Argentina	27,75%	7.814	-	-
Capital de giro – ACE	Dólar +	3,87%, 2,30% e 3,36%	50.270	78.832	115.586
			58.084	78.832	115.586
Total dos empréstimos e financiamentos			125.372	123.627	152.927
(-) Total do passivo circulante			(70.734)	(89.666)	(126.313)
Total do passivo não circulante			56.367	33.961	26.614

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2018:

Vencimentos	Parcelas de longo prazo				
	2020	2021	2022	2023	Total
Financiamentos bancários	10.340	10.341	-	-	20.681
Proapi	-	-	4.079	-	4.079
Provin	53	465	142	1.194	1.854
Total	10.393	10.806	4.221	1.194	26.614

Financiamento – Ativo Fixo

Em 2014 a Companhia contratou financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. através do FNE – Fundo Constitucional do Nordeste destinado a aquisição de bens e serviços para construção de planta industrial. A liberação dos recursos ocorreu de forma parcelada durante o exercício de 2014 e 2015 (saldo de R\$31,0 milhões em 2018, R\$41,4 milhões em 2017 e R\$51,7 milhões em 2016). O vencimento da operação é 26 de dezembro de 2021.

Os demais financiamentos em ativo fixo foram contratados para aquisição de equipamentos industriais (R\$0,4 milhão em 2018, R\$0,8 milhão em 2017 e R\$1,3 milhão em 2016).

Financiamento – Capital de giro – ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas.

Financiamentos – Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi – este benefício já foi extinto, mas ainda existem saldos a receber e financiamentos a pagar), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2018, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$5.933 (R\$2.571 em 2017 e R\$14.249 em 2016).

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos eram concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia pagava 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado vigente até março de 2017.

Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por aval dos acionistas controladores da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta obrigações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, dos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2016 R\$1.589,4 milhões, 31 de dezembro de 2017 R\$1.780,6 milhões e 31 de dezembro de 2018 R\$1.977,0 milhões. As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN) e Títulos do Governo (NTN) e são classificadas em “Títulos ao valor justo por meio do resultado” e “Títulos mantidos até o vencimento”, conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de R\$	31/12/16	31/12/17	31/12/18
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a)	566.471	525.726	483.835
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento (b)	(174.737)	(125.464)	(147.862)
<i>Caixa líquido consumido nas aplicações financeiras</i>	<i>(103.269)</i>	<i>(17.935)</i>	<i>(75.596)</i>
<i>Caixa líquido consumido por investimentos e ativos fixos</i>	<i>(71.468)</i>	<i>(107.529)</i>	<i>(72.266)</i>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (c)	(392.356)	(390.806)	(349.530)
Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa (a + b + c)	(622)	9.456	(13.557)

As disponibilidades e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam em 31 de dezembro de 2018 51,2% do Ativo Total (49,8% em 2017 e 48,8% em 2016).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$1.021,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$1.129,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.232,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 90, 89 e 96 dias, respectivamente, e para o mercado externo 81, 75 e 84 dias, respectivamente.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$3.465,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$3.217,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$2.922,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Patrimônio líquido consolidado - Em milhares de R\$	Evolução - R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.616.760
Lucro líquido do exercício	633.955
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	(11.016)
Perda na participação de acionistas não controladores	(125)
Aquisição de ações em tesouraria	(11.020)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	6.416
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	5.283
Dividendos distribuídos	(183.683)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(115.000)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.922.070
Lucro líquido do exercício	660.903
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.642
Perdas cambiais com investimentos	7.774
Perda com alienação de investimento	(46)
Aquisição de ações em tesouraria	(9.837)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	5.472
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	6.368
Dividendos distribuídos	(216.737)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(140.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.217.609
Lucro líquido do exercício	585.530
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	5.709
Aquisição de ações em tesouraria	(35.148)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	6.050
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	6.564
Dividendos distribuídos	(191.272)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(110.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.465.042

Capital de Giro

O capital de giro está demonstrado a seguir:

Em milhares de R\$	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	2.217.596	2.524.764	2.563.404
Capital de giro / Ativo total	68,2%	70,6%	66,4%
Capital de giro / Receita Líquida de vendas	108,4%	112,1%	109,9%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 10.2, letra “a”.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

Em 2018, a receita da Grendene no mercado interno teve crescimento de 3,6% comparado com 2017, sustentada por pequena retomada na economia e, segundo nossa avaliação, ganhos de *market share*. Já no período 2013-2018, em que o consumo de calçados no Brasil caiu fortemente, nossa receita no mercado interno cresceu 0,2% a.a. mais do que o crescimento do mercado mas inferior aos índices de inflação deste período.

Além da grande queda de consumo no país, durante este período tivemos ainda a variação da alíquota de reintegra – 3% no período de janeiro/2013 a fevereiro/2015; 1% de março/2015 a novembro/2015; 0,1% de dezembro/2015 a dezembro/2016; 2% de janeiro/2017 a maio/2018 e de 0,1% de junho/2018 até dezembro/2018 – a extinção do incentivo à exportação (Proapi), que representava um aumento de 10% no valor da receita de exportação, extinto em março de 2017 e a grande volatilidade cambial.

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Receita bruta consolidada	2.483,0	2.727,7	2.825,0	3,6%
Mercado interno	1.870,3	2.106,6	2.168,0	2,9%
Exportação	612,7	621,1	657,0	5,8%
<i>Exportação em US\$</i>	<i>175,5</i>	<i>194,6</i>	<i>179,8</i>	<i>(7,6%)</i>

Milhões de pares	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Volumes	163,6	171,4	173,0	1,0%
Mercado interno	123,6	126,4	132,5	4,9%
Exportação	40,0	45,0	40,5	(9,9%)

R\$	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Receita bruta por par	15,18	15,92	16,33	2,6%
Mercado interno	15,13	16,67	16,36	(1,9%)
Exportação	15,33	13,81	16,22	17,5%
<i>Exportação em US\$</i>	<i>4,39</i>	<i>4,33</i>	<i>4,44</i>	<i>2,5%</i>

Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Receita bruta de vendas	2.483,0	2.727,7	2.825,0	3,6%
Mercado interno	1.870,3	2.106,6	2.168,0	2,9%
Exportação	612,7	621,1	657,0	5,8%
Deduções das vendas	(437,9)	(475,7)	(491,6)	3,3%
Devoluções e impostos s/vendas	(346,7)	(372,6)	(385,3)	3,4%
Descontos concedidos a clientes	(91,2)	(103,1)	(106,3)	3,1%
Receita líquida de vendas	2.045,1	2.252,0	2.333,4	3,6%

Custo dos produtos vendidos

Em 2018, enfrentamos diversas pressões nos custos provocadas em grande parte pela volatilidade cambial e a greve nos transportes. Além dos fretes, afetados diretamente pela greve, os itens como colas, adesivos, resinas, tintas, pigmentos e embalagens de uma maneira indireta sofreram os efeitos da variação cambial provocando uma inflação nos custos. Os preços de vários insumos cresceram além dos índices inflacionários no período de maio a agosto quando então alguns itens como a resina de PVC começaram a cair (no mercado internacional). Claro que estes preços de insumos afetam os preços médios de estoques e aparecem no CPV à medida que os estoques giram, no nosso caso em média 85 dias.

Entendemos que a disciplina nos custos é fator fundamental em nossos resultados.

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Custo dos produtos vendidos	1.048,6	1.151,2	1.227,3	6,6%
R\$ por par	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Custo dos produtos vendidos/par	6,41	6,71	7,09	5,7%

Lucro bruto

Em 2018, mesmo com a pressão dos custos, evidenciada pelo crescimento de 6,6% no CPV total, acima da variação do crescimento do volume de pares de 1% e do crescimento de 5,7% no CPV/par e da dificuldade de aumentar a receita líquida via aumento de preços o Lucro Bruto cresceu 0,5% mas, com queda de 1,5 p.p. na margem bruta.

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Lucro bruto	996,5	1.100,8	1.106,1	0,5%
Margem bruta	48,7%	48,9%	47,4%	(1,5 p.p.)

Despesas operacionais (DVG&A)

Despesas com vendas

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes – que subiram em 2018, licenciamentos – alguns afetados pela variação cambial, comissões, publicidade e marketing mantendo-se ao longo do período em aproximadamente 24% da receita líquida.

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Despesas com vendas	490,6	525,8	560,7	6,6%
% da receita líquida de vendas	24,0%	23,3%	24,0%	0,7 p.p.

Despesas com publicidade e propaganda

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Desp. publicidade e propaganda (a)	125,2	125,6	141,3	12,5%
% da receita líquida de vendas	6,1%	5,6%	6,1%	0,5 p.p.
Projetos estratégicos de marcas (b)	7,3	7,6	8,5	11,1%
Total ajustado (a + b)	132,5	133,2	149,8	12,4%
% da receita líquida de vendas	6,5%	5,9%	6,4%	0,5 p.p.

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

As despesas gerais e administrativas mantiveram o percentual sobre a receita líquida de cerca de 4%, ainda acima do indicador que temos perseguido, mas variando abaixo da inflação.

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Desp. gerais & administrativas	97,5	91,3	92,6	1,4%
% da receita líquida de vendas	4,8%	4,1%	4,0%	(0,1 p.p.)

Resultado financeiro líquido

A Companhia detém uma sólida posição de caixa e os resultados financeiros são uma parte importante do lucro líquido da empresa. As operações com câmbio têm por objetivo o hedge principalmente de recebíveis das exportações. A Grendene nestas operações é vendedora da moeda americana e o resultado à longo prazo das mesmas tem como objetivo ser muito perto de zero. Assim o resultado financeiro é basicamente influenciado pela taxa de juros (SELIC) e o caixa médio mantido pela Companhia.

Em 2018, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$158,9 milhões, 33,4% menor ao obtido em 2017, em consequência da grande queda de juros na economia brasileira ocorrida em 2018, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Receitas financeiras	396,7	312,5	332,2	7,6%
Juros recebidos de clientes	2,2	2,2	2,1	(5,2%)
Rec. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	49,1	30,0	62,0	107,0%
Receitas de aplicações financeiras	207,7	169,8	135,5	(20,2%)
Receitas com variações cambiais	69,7	34,5	75,2	118,0%
Ajuste a valor presente (AVP)	64,7	73,0	53,8	(26,3%)
Outras receitas financeiras	3,3	3,0	7,5	147,1%

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Despesas financeiras	(128,2)	(74,0)	(177,3)	139,5%
Desp. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	(11,6)	(19,8)	(81,9)	313,2%
Despesas de financiamentos	(18,3)	(10,9)	(10,4)	(3,8%)
Despesas com variação cambial	(82,4)	(31,2)	(74,0)	136,9%
Cofins e Pis s/receitas financeiras	(11,0)	(8,3)	(6,9)	(16,7%)
Outras despesas financeiras	(4,9)	(3,8)	(4,1)	(7,6%)
Resultado financeiro líquido	268,5	238,5	158,9	(33,4%)

Lembramos que nas demonstrações financeiras consolidadas, os descontos concedidos a clientes são classificados em deduções de vendas.

Lucro líquido do exercício

Nos últimos três anos o lucro líquido caiu 3,9% a.a. (CAGR 2016-2018). O item que mais causou impacto para a queda do lucro líquido foi o resultado financeiro que foi 33,4% menor que o obtido em 2017 e 40,8% menor que o obtido em 2016 em decorrência da queda dos juros.

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. 2018/2017
Lucro líquido do exercício	634,5	660,9	585,5	(11,4%)
Margem líquida	31,0%	29,3%	25,1%	(4,2 p.p.)

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, na receita bruta por par e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta calçados (R\$ milhares)	2016	2017	Var. 2017-2016		2018	Var. 2018-2017	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	1.870.373	2.106.549	236.176	12,6%	2.167.999	61.450	2,9%
Exportação R\$	612.665	621.126	8.461	1,4%	656.996	35.870	5,8%
Exportação US\$	175.498	194.588	19.090	10,9%	179.777	(14.811)	(7,6%)
Total	2.483.038	2.727.675	244.637	9,9%	2.824.995	97.320	3,6%

Volume de vendas (milhares de pares)	2016	2017	Var. 2017-2016		2018	Var. 2018-2017	
			R\$	%		Pares	%
Mercado interno	123.595	126.375	2.780	2,2%	132.513	6.138	4,9%
Exportação	39.962	44.971	5.009	12,5%	40.504	(4.467)	(9,9%)
Total	163.557	171.346	7.789	4,8%	173.017	1.671	1,0%

Receita bruta por par (em R\$)	2016	2017	Var. 2017-2016		2018	Var. 2018-2017	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	15,13	16,67	1,54	10,2%	16,36	(0,31)	(1,9%)
Exportação R\$	15,33	13,81	(1,52)	(9,9%)	16,22	2,41	17,5%
Exportação US\$	4,39	4,33	(0,06)	(1,4%)	4,44	0,11	2,5%
Total	15,18	15,92	0,74	4,9%	16,33	0,41	2,6%

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par

2016 – 2017		2017 – 2018	
Variação de Volume MI a receita bruta por par do ano anterior – (2.780 x R\$15,13)	R\$42.070	Variação de Volume MI a receita bruta por par do ano anterior – (6.138 x R\$16,67)	R\$102.315
Variação de Volume ME a receita bruta por par do ano anterior – (5.009 x 15,33)	R\$76.794	Variação de Volume ME a receita bruta por par do ano anterior – (4.467 x R\$13,81)	(R\$61.697)
Var. receita a valores por par 17	R\$118.864	Var. receita a valores por par 18	R\$40.618
Var. rec. bruta par – MI – (R\$1,54 x 126.375)	R\$194.106	Var. rec. bruta par – MI – (R\$0,31 x 132.513)	(R\$40.865)
Var. rec. bruta par – ME – (R\$1,52 x 44.971)	(R\$68.333)	Var. rec. bruta par – ME – (R\$2,41 x 40.504)	R\$97.567
Var. receita volumes 17	R\$125.773	Var. receita volumes 18	R\$56.702
Total	R\$244.637	Total	R\$97.320

Variação em dólares da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par			
2016 – 2017		2017 – 2018	
Volume ME – (5.009 x US\$4,39)	US\$21.998	Volume ME – (4.467 x US\$4,33)	(US\$19.329)
Var. receita a valores por par 17	US\$21.998	Var. receita a valores por par 18	(US\$19.329)
Var. rec. bruta par – ME – (US\$0,06 x 44.971)	(US\$2.908)	Var. rec. bruta par – ME – (US\$0,11 x 40.504)	US\$4.518
Var. receita volumes 17	(US\$2.908)	Var. receita volumes 18	US\$4.518
Total	US\$19.090	Total	US\$(14.811)

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma em um ano típico entre 95% e 98% da receita provem de novos produtos. Os produtos são essencialmente fabricados sob pedido de clientes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado indiretamente, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.977,0 milhões (R\$1.780,6 milhões em 2017 e R\$1.589,4 em 2016). Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2016	2017	Var. % 2017/2016	2018	Var. % 2018/2017
Receita bruta por par – MI – R\$	R\$15,13	R\$16,67	10,2%	R\$16,36	(1,9%)
Receita bruta por par – ME – R\$	R\$15,33	R\$13,81	(9,9%)	R\$16,22	17,5%
Receita bruta por par – ME – US\$	US\$4,39	US\$4,33	(1,4%)	US\$4,44	2,5%
Receita bruta total – R\$	R\$15,18	R\$15,92	4,9%	R\$16,33	2,6%
CPV por par – R\$	R\$6,41	R\$6,71	4,7%	R\$7,09	5,7%
Taxa R\$ / US\$ (Final)	R\$3,2591	R\$3,3080	1,5%	R\$3,8748	17,1%
Taxa R\$ / US\$ (médio)	R\$3,4901	R\$3,1920	(8,5%)	R\$3,6545	14,5%
IGP-M			(0,5326%)		7,5521%
IPCA amplo			2,9473%		3,7455%

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2016, 2017 e 2018, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2015 e 2017 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

No exercício de 2016, a Grendene adquiriu ações dos demais sócios da controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A, por valor imaterial, passando a deter 100% do seu capital social.

No exercício de 2017, a Grendene alienou a empresa Grendene Argentina S.A., conforme contrato de compra e venda de 9 de junho de 2017.

No exercício de 2018, a Grendene alienou a empresa A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., conforme contrato de compra e venda de 21 de fevereiro de 2018.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2016, 2017 e 2018, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas a seguir:

Normas	Natureza da mudança	Vigência
Interpretação IFRIC 23 / ICPC 22– Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	Fornece orientação sobre reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos de impostos sobre a renda quando da aplicação de tratamento fiscal incerto.	01/01/2019
Alteração IAS 12/ CPC 32 – Tributação sobre o lucro	Aborda sobre as consequências fiscais da distribuição de lucros, incluindo pagamentos em instrumentos financeiros classificados como patrimônio líquido, são reconhecidos consistentemente com a transação que gerou os lucros distribuíveis (ou seja, no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio).	01/01/2019
Alteração IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	Pequenas alterações para melhorar e esclarecer a definição de "material".	01/01/2019
Alteração IAS 8 – Políticas contábeis	Tem como propósito auxiliar as entidades a distinguir as políticas contábeis das estimativas contábeis.	01/01/2019
IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil	Apresenta um modelo único de contabilização de arrendamentos. Estabelecendo que todos os arrendamentos devem ser reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, podendo ficar fora do escopo desta norma os contratos de curto prazo e de valores irrelevantes.	01/01/2019

A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com avaliação prévia da Administração não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas e/ou ênfases no Parecer dos Auditores.

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentados nas devidas notas explicativas divulgadas em 14/02/2019, disponíveis nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.grendene.com.br>), relacionadas a seguir:

Notas	Natureza
Nota 7	As perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, descontos por pontualidade estimados e as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente;
Nota 8	As perdas estimadas para estoques obsoletos;
Notas 10 e 11	A seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e perdas por redução ao valor recuperável;
Nota 13	As provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais;
Nota 16	O imposto de renda e contribuição social diferidos;
Nota 18	As análises de sensibilidade de instrumentos financeiros;
Nota 20	O valor justo da remuneração baseada em ações.

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não Aplicável

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não Aplicável

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iv) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2016, 2017 e 2018 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e nos diversos projetos para melhorar a eficiência da companhia.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. % 2018/2017
Investimentos (em imobilizado e intangível)	71,5	107,5	72,3	(32,8%)

Em 2019 nossa previsão é investir um valor em torno de R\$100 milhões na manutenção de nossa capacidade produtiva.

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 10.8.b e 10.8.c.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como “*fast fashion*”, que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 a 180 dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

10.8 – Plano de negócios

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R\$ milhões	2016	2017	2018	Var. % 2018/2017
Investimento em P&D de novos produtos	52,1	54,6	54,7	0,2%

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.8.b e 10.8.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 10.8.c.ii.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A partir de 2019 a companhia não faz mais projeções ou divulgação de premissas.

Em 2008, decidimos passar uma visão de longo prazo para que os investidores pudessem ter uma melhor perspectiva sobre a Grendene. Entretanto, passados quase quinze anos de acompanhamento dos números e ajustes em nossas expectativas, entendemos não mais ser necessária esta prática, mas continuaremos comentando sobre nossa visão do mercado.

Anexo II

Destinação do Lucro Líquido

DEMONSTRAÇÃO DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - ANEXO 9-1 II INSTRUÇÃO CVM 481/2009

Em R\$	2016	2017	2018
Lucro Líquido do Exercício (a)	634.491.601,48	660.928.515,86	585.529.816,72
Reserva de incentivos fiscais	(264.614.866,54)	(253.689.966,35)	(237.154.837,02)
Base de cálculo da reserva legal (b)	369.876.734,94	407.238.549,51	348.374.979,70
Reserva legal – 5% (c)	(18.493.836,74)	(20.361.927,47)	(17.418.748,98)
Base de cálculo do dividendo obrigatório (b – c) = d	351.382.898,20	386.876.622,04	330.956.230,72
	<i>Dividendo obrigatório – 25%</i>		
	87.845.724,55	96.719.155,51	82.739.057,68
Reserva para aquisição de ações (*)	0,00	(9.103.478,70)	(15.880.000,00)
Soma (e)	0,00	(9.103.478,70)	(15.880.000,00)
Dividendos referente ao resultado do exercício (d – e) = (f)	351.382.898,20	377.773.143,34	315.076.230,72
Dividendo obrigatório – 25%	87.845.724,55	96.719.155,51	82.739.057,68
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório do exercício	263.537.173,65	281.053.987,83	232.337.173,04
Total de dividendos propostos pela administração	351.382.898,20	377.773.143,34	315.076.230,72
Dividendos distribuídos	172.789.040,29	198.143.143,34	171.642.046,10
Juros sobre capital próprio (JCP) distribuído (Valor Bruto)	30.000.000,00	30.000.000,00	-
Dividendo adicional proposto	18.593.857,91	19.630.000,00	13.434.184,62
JCP proposto (Valor líquido: R\$110.500.000,00 - 2016 / R\$110.500.000,00 – 2017/ R\$110.500.000,00 – 2018)	130.000.000,00	130.000.000,00	130.000.000,00
Total de dividendos distribuídos	351.382.898,20	377.773.143,34	315.076.230,72
Valor do dividendo distribuído por ação	0,212139049	0,241396330	0,205337683
Valor bruto JCP por ação (Vlr. líquido: R\$0,150752385 - 2016 / R\$0,0,150750022 - 2017/ R\$0,122483817 - 2018)	0,177355747	0,177352967	0,144098608
Soma: dividendo e JCP por ação (Vlr. líquido: R\$0,362891434 – 2016 / R\$0,392146352 - 2017 / R\$0,327821500 - 2018)	0,389494796	0,418749297	0,349436291
% do dividendo e JCP (bruto) distribuído em relação ao:			
- Lucro líquido do exercício	55,4%	57,2%	53,8%
- Lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal (f ÷ (a – c))	57,0%	59,0%	55,5%

(*) Reserva para Aquisição de Ações – vide item 14, letras “a” e “b”.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Em 2018, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 585.529.816,72 (quinhentos e oitenta e cinco milhões quinhentos e vinte nove mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Valor global do dividendo do relativo ao exercício de 2018: R\$315.076.230,72 montante bruto, correspondente a R\$0,349436291 por ação (Valor líquido R\$295.576.230,72, correspondente a R\$0,327821500 por ação), distribuídos da seguinte forma:

a) Dividendos e JCP pagos antecipadamente, conforme tabela abaixo, no valor de R\$171.642.046,10, e;

b) Em forma de juros sobre o capital próprio (JCP) imputados nos dividendos, observados os limites estabelecidos no artigo 9º, §7º, da Lei 9.249/95, no montante bruto de R\$130.000.000,00, correspondendo ao valor bruto por ação de R\$0,144098608, ou com a retenção de 15% de Imposto de Renda na Fonte, o valor líquido de R\$110.500.000,00 perfazendo o valor líquido por ação de R\$0,122483817.

A Companhia solicita aos acionistas, empresas e/ou entidades que não estejam sujeitas a retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme a legislação em vigor, que providenciem o envio da documentação para a sede administrativa da Companhia, na Av. Pedro Grendene, 131, Bairro Volta Grande, CEP nº 95180-052, Farroupilha/RS, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, até 29 de abril de 2019, e;

c) Em forma de dividendos complementares o valor de R\$13.424.184,62, cabendo aos acionistas titulares de ações ordinárias, o valor de R\$0,014891133 por ação, sem remuneração ou atualização monetária e não haverá retenção de Imposto de Renda.

Os valores mencionados acima (2018), e os correspondentes a 2016 e 2017 estão demonstrados no quadro – Anexo II – Destinação do Lucro do Líquido.

Os valores de dividendo e de JCP deliberados pelo Conselho de Administração estão demonstrados no quadro a seguir:

Proventos em dinheiro na destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2018 (Serão ratificadas as distribuições já ocorridas na AGO).							
Dividendo/JCP	Data de aprovação	Data ex-dividendo	Data de início de pagamento (Crédito em C/C)	Valor bruto R\$	Valor bruto por ação R\$	Valor líquido R\$	Valor líquido por ação R\$
Dividendo ^{1 e 2}	26/04/2018	08/05/2018	23/05/2018	90.731.045,64	0,100570903	90.731.045,64	0,100570903
Dividendo ¹	26/07/2018	04/08/2018	16/08/2018	33.685.929,15	0,037418208	33.685.929,15	0,037418208
Dividendo ¹	25/10/2018	07/11/2018	22/11/2018	47.225.071,31	0,052457439	47.225.071,31	0,052457439
Dividendo ¹	14/02/2019	24/04/2019	08/05/2019	13.434.184,62	0,014891133	13.434.184,62	0,014891133
JCP ¹	14/02/2019	24/04/2019	08/05/2019	130.000.000,00	0,144098608	110.500.000,00	0,122483817
Total				315.076.230,72	0,349436291	295.576.230,72	0,327821500

¹ Dividendos e JCP aprovados “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018.

² Valor por ação ajustado ao desdobro aprovado na AGE de 23 de abril de 2018.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em 2018, o percentual de dividendos e de JCP (bruto) distribuídos pela controladora, em relação ao lucro líquido do exercício, foi de 53,8% e de 55,5% do lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal. Em 2017, foi de 57,2% e de 59,0%, e em 2016 foi de 55,4% e de 57,0%, respectivamente.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercício anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A Grendene tem apenas uma espécie e uma classe de ação (ON). Proposto somente ratificação dos dividendos e JCP aprovados antecipadamente pelo Conselho de Administração (vide item 2 acima).

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

No exercício de 2018, vide item 2 acima.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não Aplicável.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

No exercício de 2018, vide item 2 acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Provento	Data da deliberação	Data ex-dividendo	Data de início pagamento	Forma de pagamento	Montante bruto (R\$)	Valor bruto R\$ / por ação ON ²	Montante líquido (R\$)	Valor líquido R\$ / por ação ON ²
Dividendo	28/04/16	04/05/16	18/05/16	Crédito C/C	51.190.824,65	0,056742512	51.190.824,65	0,056742512
JCP	28/04/16	04/05/16	18/05/16	Crédito C/C	30.000.000,00	0,033253525	25.500.000,00	0,028265496
Dividendo	28/07/16	03/08/16	17/08/16	Crédito C/C	45.505.162,63	0,050440235	45.505.162,63	0,050440235
Dividendo	20/10/16	28/10/16	16/11/16	Crédito C/C	76.093.053,01	0,084345408	76.093.053,01	0,084345408
Dividendo	16/02/17	13/04/17	26/04/17	Crédito C/C	18.593.857,91	0,020610894	18.593.857,91	0,020610894
JCP	16/02/17	13/04/17	26/04/17	Crédito C/C	130.000.000,00	0,144102222	110.500.000,00	0,122486889
Ano 2016 - Total R\$					351.382.898,20	0,389494796	327.382.898,20	0,362891434

Provento	Data da deliberação	Data ex-dividendo	Data de início pagamento	Forma de pagamento	Montante bruto (R\$)	Valor bruto R\$ / por ação ON ²	Montante líquido (R\$)	Valor líquido R\$ / por ação ON ²
Dividendo	27/04/17	03/05/17	17/05/17	Crédito C/C	69.078.060,63	0,076571554	69.078.060,63	0,076571554
JCP	27/04/17	03/05/17	17/05/17	Crédito C/C	30.000.000,00	0,033254359	25.500.000,00	0,028266205
Dividendo	27/07/17	04/08/17	16/08/17	Crédito C/C	55.584.193,70	0,061613891	55.584.193,70	0,061613891
Dividendo	26/10/17	07/11/17	22/11/17	Crédito C/C	73.480.889,01	0,081451995	73.480.889,01	0,081451995
Dividendo	22/02/18	04/05/18	16/05/18	Crédito C/C	19.630.000,00	0,021758890	19.630.000,00	0,021758890
JCP	22/02/18	04/05/18	16/05/18	Crédito C/C	130.000.000,00	0,144098608	110.500.000,00	0,122483817
Ano 2017 - Total R\$					377.773.143,34	0,418749297	353.773.143,34	0,392146352

Provento	Data da deliberação	Data ex-dividendo	Data de início pagamento	Forma de pagamento	Montante bruto (R\$)	Valor bruto R\$ / por ação ON	Montante líquido (R\$)	Valor líquido R\$ / por ação ON
Dividendo ^{1e2}	26/04/18	08/05/18	23/05/18	Crédito C/C	90.731.045,64	0,100570903	90.731.045,64	0,100570903
Dividendo ¹	26/07/18	04/08/18	16/08/18	Crédito C/C	33.685.929,15	0,037418208	33.685.929,15	0,037418208
Dividendo ¹	25/10/18	07/11/18	22/11/18	Crédito C/C	47.225.071,31	0,052457439	47.225.071,31	0,052457439
Dividendo ¹	14/02/19	24/04/19	08/05/19	Crédito C/C	13.434.184,62	0,014891133	13.434.184,62	0,014891133
JCP ¹	14/02/19	24/04/19	08/05/19	Crédito C/C	130.000.000,00	0,144098608	110.500.000,00	0,122483817
Ano 2018 - Total R\$					315.076.230,72	0,349436291	295.576.230,72	0,327821500

¹ Dividendos e JCP aprovados "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018.

² Valor por ação ajustado ao desdobro aprovado na AGE de 23 de abril de 2018.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Espécie e Classe da ação	2016	2017	2018
	ON	ON	ON
Lucro Líquido do exercício R\$	634.491.601,48	660.928.515,86	585.529.816,72
Lucro Básico por ação R\$	0,7034	0,7328	0,6501
Dividendos R\$	191.382.898,20	217.773.143,34	185.076.230,72
Dividendo por ação R\$	0,212139049	0,241396330	0,205337683
JCP bruto R\$	160.000.000,00	160.000.000,00	130.000.000,00
JCP líquido R\$	136.000.000,00	136.000.000,00	110.500.000,00
JCP bruto por ação R\$	0,177355747	0,177352967	0,144098608
JCP líquido por ação R\$	0,150752385	0,150750022	0,122483817

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$	2016	2017	2018
Reserva legal	18.493.836,74	20.361.927,47	17.418.748,98

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício após a dedução do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social.

R\$	2016	2017	2018
Lucro líquido do exercício	634.491.601,48	660.928.515,86	585.529.816,72
Reserva de incentivos fiscais	(264.614.866,54)	(253.689.966,35)	(237.154.837,02)
Base de cálculo da reserva legal	369.876.734,94	407.238.549,51	348.374.979,70
Reserva legal (5%)	18.493.836,74	20.361.927,47	17.418.748,98

- 9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**
- a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
 - b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
 - c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
 - d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
 - e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não Aplicável, a Companhia não possui ações preferências.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia, aprovado em 7 de abril de 2014, define nos artigos reproduzidos a seguir, a forma de cálculo do dividendo obrigatório:

Artigo 32 - Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e
- b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

§1º - O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§2º - A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada "Reserva para Aquisição de Ações", que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

§3º - Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.

Artigo 33 - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

Parágrafo Único - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.

Artigo 34 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32.

Parágrafo Único - Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

Artigo 35 – A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, de acordo com Art. 195-A da Lei 6.404/76, modificado pela Lei 11.638/07, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo pago pela Companhia sempre foi acima do dividendo mínimo obrigatório de 25% estabelecido pelo Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, aprovado em 7 (sete) de abril de 2014.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, conforme demonstrado a seguir:

R\$	2016	2017	2018
Dividendo obrigatório (25%)	87.845.724,55	96.719.155,51	82.739.057,68
Dividendo adicional	263.537.173,65	281.053.987,83	232.337.173,04
Total	351.382.898,20	377.773.143,34	315.076.230,72

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

Não houve retenção do dividendo obrigatório em 2016, 2017 e 2018.

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o art. 32 §2º do Estatuto Social a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada "Reserva para Aquisição de Ações", que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$	2016	2017	2018
Destinação de reserva para aquisição de ações	0,00	9.103.478,70	15.880.000,00

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 2019, estarão disponíveis para exercício 1.969.017 opções de compra ou subscrição de ações. Para 2020, estarão disponíveis 1.465.048 opções de compra ou subscrição de ações para exercício pelos executivos beneficiários dos planos.

O Conselho de Administração entende que, a aquisição no mercado de ações ordinárias da Companhia é a melhor forma para contemplar tal propósito. Por esta razão, a Companhia reteve mais o valor de R\$15.880.000,00 referente ao exercício de 2018, que somado ao saldo de reserva para aquisição de ações, aprovada nos exercícios anteriores, no valor de R\$16.034.799,89, perfaz o montante de R\$31.914.799,89 para atender a este objetivo.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Em 2016, 2017 e 2018 não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Em 2018 não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$	2016	2017	2018
Reservas de incentivos fiscais	264.614.866,54	253.689.966,35	237.154.837,02

b. Explicar a natureza da destinação

R\$	2016	2017	2018
ICMS (Provin e Proapi)	188.830.352,77	167.824.441,03	158.410.541,04
Imposto de renda (IRPJ)	75.784.513,77	85.865.525,32	78.744.295,98
Total	264.614.866,54	253.689.966,35	237.154.837,02

Anexo III

Remuneração dos Administradores

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

A Companhia não possui nenhum comitê estatutário. Em 12 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração em sua ata de reunião nº 59, estabeleceu um comitê composto de 3 membros, todos pertencentes ao Conselho de Administração, para atender ao disposto nos itens 2.1 e 2.2 do Regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia que prevê que a administração do plano poderá ser delegada a um comitê especialmente criado para tanto.

Os membros deste comitê não recebem nenhuma remuneração em função desta atividade a não ser a remuneração na qualidade de Conselheiro de Administração conforme está demonstrado nos itens 13.1.b.ii, 13.2 e 13.11, deste Formulário.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do **Conselho de Administração** recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Os membros do **Conselho Fiscal**, quando o mesmo é instalado, recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, portanto, além da remuneração fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Quanto à remuneração dos membros da **Diretoria estatutária e não estatutária**, os elementos da remuneração dos diretores são: o salário fixo mensal e a remuneração baseada em ações da Companhia.

Não há outros benefícios diretos e indiretos para os membros do conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

A remuneração fixa busca remunerar os executivos em condições atrativas em comparação ao mercado visando a atração e retenção de bons profissionais.

A remuneração baseada em ações busca um alinhamento com acionistas incluindo o desempenho das ações no mercado entre os fatores que afetam a renda do executivo. Esta remuneração se dá através de outorga de opções de compra de ações da Companhia com período de aquisição do direito dividido em três anos (1/3 pode ser exercido em 1 ano, 2/3 em dois anos e 3/3 em três anos) de forma a desincentivar o excessivo foco no curto prazo.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2018			
	Conselho de administração	Comitê	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa	100%	-	100%	67%
Remuneração baseada em ações	-	-	-	33%

	2017			
	Conselho de administração	Comitê	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa	100%	-	100%	68%
Remuneração baseada em ações	-	-	-	32%

	2016			
	Conselho de administração	Comitê	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa	100%	-	100%	70%
Remuneração baseada em ações	-	-	-	30%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O montante da remuneração fixa dos membros do **Conselho de Administração** é fixado anualmente pela AGO tomando por base valores de mercado e a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração fixa do **Conselho Fiscal** é aprovada em AGO e respeita os limites definidos na Lei 6.404 – Art. 162 §3. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não recebem outro tipo de remuneração.

A remuneração fixa da **diretoria estatutária e não estatutária** considera a experiência para exercício do cargo e tem como referência valores de mercado, os quais são obtidos através de pesquisas, informações em jornais e revistas especializadas em negócios sobre remuneração dos executivos e a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração dos Diretores estatutários é fixada anualmente pelo Conselho de Administração.

A quantidade de opções outorgadas, referente a remuneração baseada em ações dos diretores estatutários, não estatutários e demais executivos que integram o Plano de Outorga de Opções é decidida anualmente pelo Conselho de Administração e/ou Comitê previsto no item 2.2 do Regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia tomando-se por base o desempenho da Companhia no ano anterior e de acordo com o Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações aprovado na AGO/AGE de 14 de abril de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As principais razões que justificam a composição da remuneração são:

- Contribuir para a atração e retenção dos profissionais;
- Garantir a remuneração adequada ao mercado;
- A situação econômico-financeira da Companhia;
- Incentivo de longo prazo, e;
- Alinhamento de interesses com os acionistas.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores são a evolução do EBIT da Companhia comparativamente à evolução do mercado como um todo; o “share” de participação da Grendene no total das exportações brasileira de calçados; o “share” de participação no consumo aparente brasileiro de calçados e uma avaliação qualitativa dos produtos lançados e satisfação do “trade (varejo)”. A remuneração fixa também leva em conta parâmetros de mercado comparando as práticas da Companhia com aquelas praticadas por Companhias de igual porte para funções de mesma complexidade e responsabilidade e inflação no ano anterior.

A remuneração baseada em ações é feita de acordo com o Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações aprovado em AGO realizada em 14 de abril de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015. A quantidade de opções outorgadas é deliberada em Reunião do Conselho de Administração, que leva em conta basicamente o lucro obtido pela Companhia no exercício anterior e os indicadores acima descritos. As opções são outorgadas com preço de exercício baseado no preço da ação no mercado e esta remuneração só se tornará efetiva se durante a vigência do Plano o valor das ações no mercado crescer mais rapidamente que a correção pelo IPCA, que é aplicado ao preço de exercício da outorga até o exercício da opção.

Conforme previsto, anualmente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia, levando em conta as premissas para outorga, determinará os Beneficiários, na forma prevista na Cláusula I do Plano, estabelecendo, também, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições a elas relativas.

As Opções, conforme previsto no referido Plano, terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: (i) até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; (ii) mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; (iii) 1/3 restante após 3 anos da data da outorga. As

opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga. A outorga de opções de compra de ações nos termos do referido Regulamento é realizada mediante a celebração dos Contratos de Adesão entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento. O Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso) poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontre em situações similares ou idênticas. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do referido Regulamento, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no referido Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. A celebração dos Contratos de Adesão implicará na aceitação, pelos Beneficiários, de todas as condições estabelecidas no Plano e no referido Regulamento.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa é comparada com os valores praticados em outras Companhias de igual porte. A remuneração baseada em ações reflete o valor da Companhia, resultado da avaliação do mercado sobre o desempenho da Companhia e da avaliação do Comitê do Conselho de Administração da evolução dos indicadores.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Ver remuneração baseada em ações itens 13.4 – letras “c”, “d” e “e”.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma forma de remuneração de Diretores ou Conselheiros, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários, no entanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários do Plano de Opções de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “*vesting*” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento de Plano de Outorga e os respectivos Contratos de Adesão.

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.300.000,00	5.000.000,00	500.000,00	6.800.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Observação	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	
Total da remuneração	1.300.000,00	8.000.000,00	500.000,00	9.800.000,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.146.000,00	4.263.720,00	437.400,00	5.847.120,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações	0,00	2.139.122,00	0,00	2.139.522,00
Observação	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	
Total da remuneração	1.146.000,00	6.402.842,00	437.400,00	7.986.242,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.116.000,00	4.159.000,00	427.500,00	5.702.500,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações	0,00	1.992.445,00	0,00	1.992.445,00
Observação	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	
Total da remuneração	1.116.000,00	6.151.445,00	427.500,00	7.694.945,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.056.000,00	3.914.640,00	401.400,00	5.372.040,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações	0,00	1.675.974,00	0,00	1.675.974,00
Observação	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	Não há outros benefícios diretos e indiretos	
Total da remuneração	1.056.000,00	5.590.614,00	401.400,00	7.048.014,00

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A política de remuneração da Grendene S.A. não contempla programas de remuneração variável para os membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Regulamento do Programa estabelece as regras relativas ao Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da GRENDENE S.A. e suas empresas controladas (“Companhia”), instituído no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (“Plano”), submetido à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 14 de abril de 2008. O Plano e o Regulamento atualmente em vigor foram recomendados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de março de 2008, com alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração, em reunião realizada em 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015.

Definições estabelecidas no Plano:

Para os fins do REGULAMENTO de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações atualmente em vigor, os termos abaixo empregados, respeitarão as definições a seguir:

- i) Acionista: pessoa física ou jurídica titular de ação da Companhia;
- ii) Ações: ações ordinárias nominativas que serão ou já foram emitidas pela Companhia;
- iii) Beneficiário: o Colaborador Elegível a quem é outorgada efetivamente a Opção;
- iv) Colaboradores Elegíveis: executivos em níveis de Administradores, Diretoria e de Gerência, excetuados aqueles que fazem parte do Controle Acionário, aptos a participar do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, na forma da indicação prevista no referido Regulamento;
- v) Companhia: a sociedade GRENDENE S.A. e suas empresas controladas;
- vi) Contrato de Adesão: o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, celebrado entre a Companhia e o Colaborador Elegível, por meio do qual este último se torna participante do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações;
- vii) Data de Outorga: a data de assinatura do Contrato de Adesão, que formalizará a outorga das Opções aos Beneficiários;
- viii) Desligamento: significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição do Beneficiário como administrador e rescisão do contrato de trabalho;
- ix) Exercício das Opções: a efetiva compra ou subscrição, pelo Beneficiário, de ações relativas às opções a ele outorgadas pelo Contrato de Adesão;
- x) Opção ou Opções: a possibilidade de os Beneficiários adquirirem ou subscreverem ações da Companhia por preço previamente fixado, durante um determinado período de tempo, atendidas as condições estabelecidas no Regulamento;
- xi) Opção(ões) Exercível(is): a(s) Opção(ões) que atendeu(eram) às condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações (regras de reserva de direito), portanto passível(eis) de ser(em) exercida(s);
- xii) Opção(ões) não Exercível(is): a(s) Opção(ões) que não atendeu(eram) as condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações;
- xiii) Período de Exercício de Opção: período compreendido entre a data em que é possível comprar ou subscrever as ações e a data limite para a compra ou subscrição;
- xiv) Regulamento: o referido Instrumento, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral da Companhia;
- xv) Preço de Exercício da Opção: valor determinado a ser pago pelo Beneficiário para a compra ou subscrição das ações objeto da opção a ele outorgada;
- xvi) Reserva de Direito (Vesting): período estabelecido pela Companhia que antecede o prazo para o exercício da opção de compra ou subscrição de ações pelo Beneficiário.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, disciplinado pelo REGULAMENTO, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados executivos da Companhia possam adquirir ações de sua emissão, visando, com isso, reforçar os níveis de atração, retenção e motivação de talentos, bem como alinhar interesses de executivos aos dos acionistas na geração de resultados e criação sustentável de valor.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A meta é criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações (“stock options”), que consiste na concessão de um direito - e não uma obrigação – de comprar ações da Companhia a preços e prazos pré-definidos. O ganho potencial do Beneficiário será o resultado da Compra e Venda das Ações, ou seja, a eventual valorização da ação sobre o preço de exercício.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma parte da remuneração dos executivos (aquela baseada em ações) passa a depender do valor das ações no mercado, que por sua vez refletem o valor do investimento dos acionistas. O fato das opções terem um período de *vesting* (exercício de 1/3 a cada ano a partir da data de outorga) e um prazo de 6 anos para o exercício, incentiva a perseguição de metas de longo prazo e pune ações imediatistas de curto prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Remuneração baseada em ações é a única forma de remuneração variável da Companhia e o elemento que liga a remuneração dos executivos à remuneração dos acionistas na forma de valorização de suas ações.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Terminado o período de *vesting* previsto no regulamento, o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de “*Vesting*”. O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. Além disso, a seu exclusivo critério o Conselho de Administração poderá autorizar o exercício de opções com direito já adquirido, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes a divulgação dos resultados trimestrais, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo período de *vesting*) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Com a continuidade do plano e a permanência do executivo na empresa o mesmo será detentor de opções que podem ser exercidas no curto, médio e longo prazo e cujo valor depende da diferença entre o preço de exercício das opções e o preço das ações negociadas no mercado, sendo tanto maior quanto maior for esta diferença. Portanto, será do interesse dos executivos que as ações emitidas pela Companhia apresentem uma valorização contínua e sustentável o que também é do interesse dos acionistas da Companhia.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgados nos termos do Plano de Outorga de Opções e do Regulamento em vigor terão o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais. Os atuais acionistas não terão preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações, previstos no referido Regulamento, conforme disposto no art. 171, § 3º da Lei 6404/76.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá efetuar o ajuste correspondente ao número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

em vigor e seu respectivo preço de aquisição ou subscrição, conforme o caso, informando aos Beneficiários por escrito.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Os critérios são os mesmos do item anterior. A empresa prevê sempre a outorga e uma opção para compra de uma ação conforme critérios definidos no Plano.

h. Condições de aquisição de ações

Terminado o período de *vesting* previsto no regulamento, o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais, conforme deliberação do Conselho de Administração. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de “*Vesting*”. O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. Além disso, a seu exclusivo critério o Conselho de Administração poderá autorizar o exercício de opções com direito já adquirido, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes a divulgação dos resultados trimestrais, respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo período de *vesting*) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Aprovada a emissão das ações ou transferência de ações em tesouraria, conforme o caso e a deliberação do Conselho de Administração, as ações resultado dos Exercícios de Opção serão transferidas ou lançadas em nome do respectivo Beneficiário, que deverá pagar à Companhia o Preço de Emissão em até cinco (05) dias após o registro ou transferência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço do Exercício da opção será baseado na média ponderada por volume da cotação da ação no mês anterior ao da outorga e ajustado pela inflação (IPCA) até o Exercício da Opção, estabelecido, pois, como critério de fixação do preço de emissão o art. 170, § 1º, III, da Lei 6404/76. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desprezar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item. A aplicação do referido desconto não cria direito adquirido, a favor do mesmo ou de outros Beneficiários, a similares descontos em outras emissões de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Conforme previsto no Regulamento as Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: (i) até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; (ii) mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; (iii) 1/3 restante após 3 anos da data da outorga. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga.

Os prazos foram estabelecidos para gerar incentivos de longo prazo.

k. Forma de liquidação

O pagamento do preço do Exercício de Opção deverá ser na data determinada pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

I. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas pelos beneficiários no âmbito deste plano não têm quaisquer restrições de transferência, entretanto, conforme prevê o Regulamento, o Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O “PLANO” e o REGULAMENTO entraram em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término da vigência respeitará os direitos adquiridos, não afetando a eficácia das Opções ainda em vigor, outorgadas com base nele.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. Entretanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “vesting” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

O Regulamento não impedirá a realização de quaisquer operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as Sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto das Opções por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da Opção de aquisição das Ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o REGULAMENTO, poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 6.2 do Regulamento, transcrito abaixo.

6.2. Se, a qualquer tempo da vigência do Plano, o Beneficiário: a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o respectivo contrato, se houver, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até trinta (30) dias, após o que ficarão automaticamente extintas, independentemente de aviso, notificação ou intimação; b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, por justa causa ou destituição de seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data do seu desligamento, ficarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; (ii) as Opções Exercíveis deverão ser exercidas improrrogavelmente em até trinta (30) dias a contar do anúncio do desligamento, após o que restarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando o prazo de carência; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão na data de seu desligamento permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente nos termos do Contrato; e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva Opção no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização.

E itens 6.3 e 6.4 do Regulamento também transcritos abaixo:

6.3. No caso de demissões sem justa causa que ocorram no período de 12 meses após uma mudança de controle, na forma da lei, todas as opções se tornam exercíveis.

6.4. O Conselho de Administração terá liberdade e autonomia para decidir os casos excepcionais e/ou alterar as regras acima previstas, sem prejuízo de direitos já exercidos e/ou adquiridos anteriormente à sua deliberação.

13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia efetuou até 14/02/2019 (data da outorga) doze outorgas de ações, sendo 2008 (1º Plano), 2009 (2º Plano), 2010 (3º Plano), 2011 (4º Plano), 2012 (5º Plano), 2013 (6º Plano), 2014 (7º Plano), 2015 (8º Plano), 2016 (9º Plano), 2017 (10º Plano), 2018 (11º Plano) e em 2019 (12º Plano). Os beneficiários dos planos são Diretores e Gerentes da Companhia, exceto os Acionistas Controladores conforme definido pelo Conselho de Administração. **Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem parte do programa.**

Remuneração baseada em ações – prevista para o exercício social corrente (2019)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	3,97
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	3,49
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,07%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	3,08
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	3,01
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,08%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	2,94
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	2,97
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,08%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	3,00
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	3,08
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,15%

Outorgas reconhecidas no exercício social findo em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		9º Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano
Outorga de opções de compras de ações	Não há	9º Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano
Data de outorga	-	25/02/16	16/02/17	22/02/18	14/02/19
Quantidade de opções outorgadas	-	278.802	217.905	164.343	72.974
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
Prazo máximo para exercício das opções	-	24/02/22	15/02/23	21/02/24	13/02/25
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há restrição			
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$2,58	R\$3,16	R\$4,43	R\$4,12

Outorgas reconhecidas no exercício social findo em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano
Outorga de opções de compras de ações	Não há	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano
Data de outorga	-	12/02/15	25/02/16	16/02/17	22/02/18
Quantidade de opções outorgadas	-	195.234	278.802	217.905	164.343
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
Prazo máximo para exercício das opções	-	11/02/21	24/02/22	15/02/23	21/02/24
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há restrição			
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$2,02	R\$2,58	R\$3,16	R\$4,43

Outorgas reconhecidas no exercício social findo em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano
Outorga de opções de compras de ações	Não há	7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano
Data de outorga	-	13/02/14	12/02/15	25/02/16	16/02/17
Quantidade de opções outorgadas	-	119.010	195.234	278.802	217.905
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
Prazo máximo para exercício das opções	-	12/02/20	11/02/21	24/02/22	15/02/23
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há restrição			
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$1,99	R\$2,02	R\$2,58	R\$3,16

Outorgas reconhecidas no exercício social findo em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
		6º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano
Outorga de opções de compras de ações	Não há	6º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano
Data de outorga	-	28/02/13	13/02/14	12/02/15	25/02/16
Quantidade de opções outorgadas	-	261.870	119.010	195.234	278.802
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
Prazo máximo para exercício das opções	-	27/02/19	12/02/20	11/02/21	24/02/22
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há restrição			
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$2,79	R\$1,99	R\$2,02	R\$2,58

Os dados a seguir se referem apenas aos Diretores Estatutários, pois os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem parte do Programa.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Nº total de membros	3 (três)			
c) Nº de membros remunerados	3 (três)			
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	9º Plano (2016)	10º Plano (2017)	11º Plano (2018)	12º Plano (2019)
i. Data de outorga	25/02/16	16/02/17	22/02/18	14/02/19
ii. Quantidade de opções outorgadas	278.802	217.905	164.343	72.974
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
iv. Prazo máximo para exercícios das opções	24/02/22	15/02/23	21/02/24	13/02/25
v. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há restrição			
vi. Preço médio ponderado de exercício				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$2,96	R\$3,27	R\$5,16	R\$4,68
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$2,96	R\$3,27	R\$5,16	R\$4,68
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,58	R\$3,16	R\$4,43	R\$4,68
f) Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,09%	0,07%	0,05%	0,02%

Remuneração baseada em ações reconhecida para o exercício social encerrado em 31/12/2018

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Nº total de membros	3 (três)			
c) Nº de membros remunerados	3 (três)			
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	8º Plano (2015)	9º Plano (2016)	10º Plano (2017)	11º Plano (2018)
vii. Data de outorga	12/02/15	25/02/16	16/02/17	22/02/18
viii. Quantidade de opções outorgadas	195.234	278.802	217.905	164.343
ix. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
x. Prazo máximo para exercícios das opções	11/02/21	24/02/22	15/02/23	21/02/24
xi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há restrição			
xii. Preço médio ponderado de exercício				
(e) das opções em aberto no início do exercício social	R\$2,81	R\$2,96	R\$3,27	R\$5,16
(f) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(g) das opções exercidas durante o exercício social	R\$2,81	R\$2,96	R\$3,27	R\$5,16
(h) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,02	R\$2,58	R\$3,16	R\$4,43
f) Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,09%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações reconhecida para o exercício social encerrado em 31/12/2017

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) N° total de membros	3 (três)			
c) N° de membros remunerados	3 (três)			
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	7º Plano (2014)	8º Plano (2015)	9º Plano (2016)	10º Plano (2017)
i. Data de outorga	13/02/14	12/02/15	25/02/16	16/02/17
ii. Quantidade de opções outorgadas	119.010	195.234	278.802	217.905
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
iv. Prazo máximo para exercícios das opções	12/02/20	11/02/21	24/02/22	15/02/23
v. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há restrição			
vi. Preço médio ponderado de exercício				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$3,28	R\$2,81	R\$2,96	R\$3,27
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$3,28	R\$2,81	R\$2,96	R\$3,27
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$1,99	R\$2,02	R\$2,58	R\$3,16
f) Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,04%	0,06%	0,09%	0,07%

Remuneração baseada em ações reconhecida para o exercício social encerrado em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) N° total de membros	3 (três)			
c) N° de membros remunerados	3 (três)			
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	6º Plano (2013)	7º Plano (2014)	8º Plano (2015)	9º Plano (2016)
vii. Data de outorga	28/02/13	13/02/14	12/02/15	25/02/16
viii. Quantidade de opções outorgadas	261.870	119.010	195.234	278.802
ix. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.			
x. Prazo máximo para exercícios das opções	27/02/19	12/02/20	11/02/21	24/02/22
xi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há restrição			
xii. Preço médio ponderado de exercício				
(e) das opções em aberto no início do exercício social	R\$3,18	R\$3,28	R\$2,81	R\$2,96
(f) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(g) das opções exercidas durante o exercício social	R\$3,18	R\$3,28	R\$2,81	R\$2,96
(h) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,79	R\$1,99	R\$2,02	R\$2,58
f) Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,09%	0,04%	0,06%	0,09%

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social de 31/12/2018

Órgão	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	3 (três)		
Nº de membros remunerados	3 (três)		
Opções ainda não exercíveis	9º Plano (2016)	10º Plano (2017)	11º Plano (2018)
I. Quantidade	1.207.641		
II. Data em que se tornarão exercíveis	24/02/19 – 278.802	15/02/19 – 217.905 15/02/20 – 217.905	21/02/19 – 164.343 21/02/20 – 164.343 21/02/21 – 164.343
III. Prazo máximo para exercício das opções	24/02/22	15/02/23	21/02/24
IV. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há restrição		
V. Preço médio ponderado de exercício	R\$3,97		
VI. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$3,54		
Opções exercíveis	Não há opções exercíveis em 31/12/2018		
I. Quantidade	-		
II. Prazo máximo para exercício das opções	-		
III. Prazo de restrição à transferência das ações	-		
IV. Preço médio ponderado de exercício	-		
V. Valor justo das opções no último dia do exercício social	-		
VI. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-		

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem parte do programa.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a. Órgão	Diretoria Estatutária					
b. Número de membros	3 (três)					
c. Número de membros remunerados	3 (três)					
d. Em relação às opções exercidas informar:	Plano 6 (2013)	Plano 7 (2014)	Plano 8 (2015)	Plano 9 (2016)	Plano 10 (2017)	Plano 11(2018)
i. Número de ações	2014 – 261.870 2015 – 261.870 2016 – 261.870	2015 –119.010 2016 – 119.010 2017 – 119.010	2016 – 195.234 2017 – 195.234 2018 – 195.234	2017 – 278.802 2018 – 278.802	2018 – 217.905	-
ii. Preço médio ponderado de exercício	2014 – R\$2,96 2015 – R\$3,45 2016 – R\$3,59	2015 – R\$3,45 2016 – R\$3,59 2017 – R\$2,97	2016 – R\$3,59 2017 – R\$2,97 2018 – R\$2,94	2017 – R\$2,97 2018 – R\$2,94	2018 – R\$2,94	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$1.924.744,50	R\$862.822,50	R\$2.348.014,24	R\$2.509.218,00	R\$1.304.524,60	-
e. Em relação às ações entregues informar:						
i. Número de ações	785.610	357.030	585.702	557.604	217.905	-
ii. Preço médio ponderado de aquisição	2014 – R\$6,16 2015 – R\$5,39 2016 – R\$5,79	2015 – R\$5,39 2016 – R\$5,79 2017 – R\$5,99	2016 – R\$5,79 2017 – R\$5,99 2018 – R\$8,93	2017 – R\$5,99 2018 – R\$8,93	2018 – R\$8,93	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$1.924.744,50	R\$862.822,50	R\$2.348.014,24	R\$2.509.218,00	R\$1.304.524,60	-

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem parte do programa.

13-8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

	6° Plano (2013)	7° Plano (2014)	8° Plano (2015)	9° Plano (2016)	10° Plano (2017)	11° Plano (2018)
Modelo de precificação	Black and Scholes					

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	6° Plano (2013)	7° Plano (2014)	8° Plano (2015)	9° Plano (2016)	10° Plano (2017)	11° Plano (2018)
Data da outorga	28/02/13	13/02/14	12/02/15	25/02/16	16/02/17	22/02/18
Total de opções de compra concedido	785.610	357.030	585.702	836.406	653.715	493.029
Preço de exercício	3,18	3,28	2,81	2,96	3,27	5,16
Volatilidade estimada	25,51%	26,35%	26,51%	29,89%	20,16%	15,58%
Dividendo esperado sobre as ações (*)	5%	6%	5%	6%	6%	4%
Taxa de juros livre de risco média ponderada (**)	7,25%	11,25%	12,75%	14,25%	9,50%	6,75%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos				
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos				
Valor justo na data da concessão	2,79	1,99	2,02	2,58	3,30	4,43

* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

	6° Plano (2013)	7° Plano (2014)	8° Plano (2015)	9° Plano (2016)	10° Plano (2017)	11° Plano (2018)
Método e premissas	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A. A maturidade média até o exercício de cada opção foi estimada em 2,5 anos de acordo com o histórico observado pela empresa.					

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

	6° Plano (2013)	7° Plano (2014)	8° Plano (2015)	9° Plano (2016)	10° Plano (2017)	11° Plano (2018)
Volatilidade esperada	A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.					

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

	6° Plano (2013)	7° Plano (2014)	8° Plano (2015)	9° Plano (2016)	10° Plano (2017)	11° Plano (2018)
Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não					

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Notas:

(*) Estão incluídas as ações de propriedade dos acionistas controladores Alexandre Grendene Bartelle e Pedro Grendene Bartelle e dos demais acionistas vinculados ao acordo de acionistas da Companhia.

Acionistas	31/12/2018	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	628.725.612	69,691143%
Membros da Diretoria Estatutária	2.466.921	0,273446%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	631.192.533	69,964589%

Acionistas	31/12/2017	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	646.249.452	71,633574%
Membros da Diretoria Estatutária	2.187.627	0,242488%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	648.437.079	71,876062%

Acionistas	31/12/2016	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	652.394.352	72,181691%
Membros da Diretoria Estatutária	2.184.174	0,242105%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	654.578.526	72,423796%

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não mantém Planos de Previdência para seus administradores.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.876.477,00	2.748.408,00	2.475.008,30	191.000,00	186.000,00	176.000,00	145.800,00	142.500,00	133.800,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.468.768,00	1.423.997,00	1.308.828,31	191.000,00	186.000,00	176.000,00	145.800,00	142.500,00	133.800,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.134.280,67	2.050.481,67	1.863.538,10	191.000,00	186.000,00	176.000,00	145.800,00	142.500,00	133.800,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A Grendene não faz pagamentos a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos. O único pagamento feito é aos próprios acionistas controladores (Sr. Alexandre Grendene Bartelle e o Sr. Pedro Grendene Bartelle) como membros do Conselho de Administração 2016, 2017 e 2018.

Encerrado em:	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
31/12/2018	33%	0%	0%
31/12/2017	33%	0%	0%
31/12/2016	33%	0%	0%

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Valores reconhecidos em razão que não a função que ocupam.

R\$	2016	2017	2018
Conselho de Administração	R\$ 120.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 210.000,00
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria	R\$ 413.000,00	R\$ 479.000,00	R\$ 293.000,00

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia não tem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária.

13.16 – Outras informações relevantes

Informamos que a íntegra do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de Abril de 2008 e as alterações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012 e 12 de fevereiro de 2015, está disponível para consulta nos sites da CVM, BM&FBOVESPA e no site de relações com investidores da Companhia.

Comissão de Valores Mobiliários – <http://www.cvm.gov.br>

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – <http://www.bmfbovespa.com.br>

Grendene – Rel. com Investidores – <http://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Stock-Options>

Plano de opções de ações

As informações contidas nos itens anteriores referem-se apenas aos Diretores. Entretanto é preciso esclarecer que o plano de opções de ações, administrado pelo Conselho de Administração prevê como beneficiários os executivos em níveis de Administradores, além dos diretores acima inclui também os principais gerentes. Para maior transparência transcrevemos abaixo a **nota explicativa nº 20** das demonstrações financeiras.

“20. Plano de opções de compra ou subscrição de ações

O Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária em 14 de Abril de 2008, concede aos diretores e gerentes, exceto diretores controladores, o direito de adquirir ações da Companhia, na forma e condições descritas no plano.

As opções de ações podem ser exercidas até 6 anos contados da data da outorga, com período de carência (*vesting*) de 3 anos, com liberação de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

As informações estão sendo apresentadas considerando o número de ações após o desdobramento, a fim de permitir a comparabilidade com o exercício corrente.

Para o cumprimento dos planos de exercício de opções de compra de ações, foram adquiridas em 2018, 3.937.029 ações, a um custo médio de R\$8,93 totalizando R\$35.148. No primeiro trimestre de 2018 foram exercidas 2.054.658 ações a um preço médio de R\$2,94, totalizando um montante de R\$6.050.

A diferença entre o preço médio de exercício das opções e o custo médio das ações adquiridas para cumprimento dos exercícios de opções de ações, resultou no reconhecimento de R\$7.827 no patrimônio líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais.

Premissas para reconhecimento das despesas com remuneração de ações

As ações são mensuradas a valor justo na data outorga e a despesa é reconhecida no resultado como “despesa com pessoal”, ao longo do período em que o direito ao exercício de opção é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido.

O valor justo das opções outorgadas foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções “Black-Scholes”. As premissas econômicas consideradas foram: (i) dividendos esperados obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses; (ii) volatilidade baseada na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga; (iii) a taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN). No quadro a seguir apresentamos o detalhamento dessas informações:

	8° Plano	9° Plano	10° Plano	11° Plano
Data da outorga	12/02/2015	25/02/2016	16/02/2017	22/02/2018
Total de opções de compra concedido	1.939.662	2.675.538	2.181.456	1.524.825
Preço de exercício	2,81	2,96	3,27	5,16
Volatilidade estimada	26,51%	29,89%	20,16%	15,58%
Dividendo esperado sobre as ações	5%	6%	6%	4%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	12,75%	14,25%	9,50%	6,75%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor justo na data da concessão	2,02	2,58	3,16	4,43

13.16 – Outras informações relevantes

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

Movimentação das opções de compra ou subscrição de ações

As movimentações decorrentes das operações de compra ou subscrição de ações, estão demonstradas a seguir:

	4º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	Saldo final
Saldo em 31/12/2016	24.147	338.712	1.216.968	2.649.240	-	-	4.229.067
Outorgadas	-	-	-	-	2.181.456	-	2.181.456
Exercidas	(24.147)	(338.712)	(599.376)	(869.559)	-	-	(1.831.794)
Canceladas	-	-	(41.607)	(107.931)	(90.072)	-	(239.610)
Saldo em 31/12/2017	-	-	575.985	1.671.750	2.091.384	-	4.339.119
Outorgadas	-	-	-	-	-	1.524.825	1.524.825
Exercidas	-	-	(562.107)	(812.784)	(679.767)	-	(2.054.658)
Canceladas	-	-	(13.878)	(59.016)	(74.241)	(23.688)	(170.823)
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	799.950	1.337.376	1.501.137	3.638.463
Opções exercíveis em 2019	-	-	-	799.950	668.688	500.379	1.969.017
Opções exercíveis em 2020	-	-	-	-	668.688	500.379	1.169.067
Opções exercíveis em 2021	-	-	-	-	-	500.379	500.379
Resultado das opções outorgadas, reconhecidas em 31/12/2017	(14)	(685)	(1.290)	(2.367)	(107)	-	(4.463)
Resultado das opções outorgadas, reconhecidas em 31/12/2018	-	-	(1.207)	(2.236)	(2.371)	(26)	(5.840)
Despesa com pessoal em 31/12/2017	-	(19)	(463)	(2.034)	(3.852)	-	(6.368)
Despesa com pessoal em 31/12/2018	-	-	(34)	(800)	(1.964)	(3.766)	(6.564)¹⁾